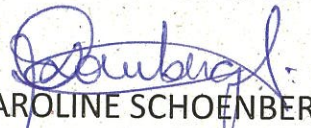
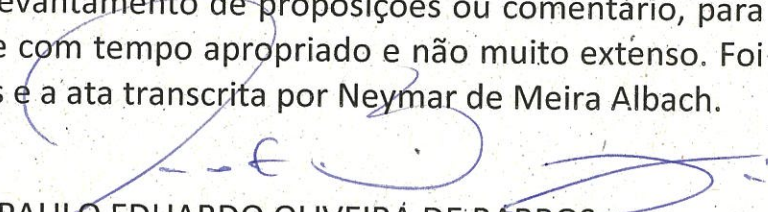


1 ATA REUNIÃO ORDINÁRIA DIA 31/10/2017 COMDEMA

2 Os presentes conselheiros e convidados se reuniram na data de 31 de outubro de
3 2017 nas dependências da Câmara Municipal de Ponta Grossa às 18 horas para
4 debaterem os assuntos da pauta, a qual foi enviada via e-mail para todos os
5 conselheiros que ao final assinam a lista de presença e lista de convidados. Foi aberta
6 a reunião pela presidente Caroline Schoemberg que passou a palavra para o relato
7 dos trabalhos da Comissão especial de Inquérito – CEI do Aterro do Botuquara, nas
8 pessoas dos vereadores George e Florenal, que informam os levantamentos
9 apontados na fase de inquirição de testemunhas e solicita a presença do COMDEMA
10 no processo. Consenso dos conselheiros em relação a uma reunião extraordinária do
11 COMDEMA para discutir sobre o assunto CEI – Aterro Botuquara, para apresentar e
12 enriquecer a mesma. Houve apresentação do Projeto do Jardim Cachoeira, onde as
13 professoras da Escola Marta Filipkowski, realizaram junto a seus alunos a função do
14 arroio na cidade e a relevância do arroio no meio ambiente, contextualizando como
15 realmente se encontra, com fim de educação ambiental, teve o apoio da Vereadora
16 Professora Rose a qual pediu para incluir na pauta deste Conselho. Após explanação
17 das professoras, houve comentários da Vereadora Rose em relação da importância
18 de atitudes ecológicas perante o futuro dos munícipes que desde pequeno recebem
19 a educação para tornarem-se cidadãos ecologicamente corretos, parabeniza a atitude
20 das professoras e se coloca à disposição. O Vereador Florenal também parabeniza
21 pela iniciativa das professoras e coloca-se a disposição. Em relação a apresentação e
22 a ampliação das redes da SANEPAR deverá haver parceria na Secretaria de Saúde e
23 instituições ligadas a questão de saneamento, comenta a Conselheira Angela do Inst.
24 Klimionte. Neymar representando a SMMA relata que deve haver protocolo de
25 solicitação do fim a que se destina o projeto para que a Secretaria de Meio Ambiente
26 tenha uma melhor gestão dos espaços e arroios dentro do município juntamente com
27 a educação ambiental da secretaria, além de uma melhor organização do projeto e
28 desenvolvimento dentro de um plano de educação ambiental. Ricardo representando
29 a ONG Natus relata que junto ao vereador Zeca, conseguiu emenda no valor de R\$
30 10.000,00 (dez mil reais) para assuntos de meio ambiente, aproveitando para
31 implementar o projeto. John Lennon representando o IPLAN sugere que deva ter
32 compensação ambiental perante empresas na região que possam mitigar o dano no
33 local v'ia estudo de impacto de vizinhança, oficiando uma diretriz para que o IPLAN
34 estabeleça a medida compensatória do empreendimento Porto Olívia. Giovanna
35 representando a OAB sugere que seja oficiado a SANEPAR e encaminhar as fotos do
36 local para que a empresa faça a adequação do arroio. Luiz Paulo Rover representando
37 a Regional da SEMA, relata que deve haver informação junto a vigilância e a Secretaria
38 de Saúde para ver a situação de crianças com feridas após banho no arroio cachoeira,
39 para melhor análise dos casos. Daniel Poletto representando a UTFPR aponta que
40 deve haver um diagnóstico com estatística médica dos postos de saúde, a qualidade
41 da água dos arroios é terrível e se deixar ir decair para “classe 8”. Fabiano

42 representando a SANEPAR se coloca à disposição para responder a cada uma das
43 questões levantadas sobre o arroio cachoeira no que tange a SANEPAR. A presidente
44 agradece a presença e a apresentação feita pelas professoras e passa a palavra livre.
45 Edilson Gorte representando a ACIPG questiona sobre a denúncia de invasão de área
46 de APP no Quero-quero, com ligação de água e luz; Neymar e Pitela representando a
47 SMMA respondem que em se tratando de área institucional, a mesma é pública e a
48 competência é do setor do patrimônio da prefeitura, e que a Secretaria de Meio
49 Ambiente não libera ligação de luz e água. Ricardo representando a ONG Natus, relata
50 que luz e água, deve haver convênio com a prefeitura para que a SANEPAR e Copel
51 não realizem ligação sem a autorização da prefeitura. Neymar, reafirma que o
52 procedimento adotado é de: "se pessoas ocupantes de áreas irregulares, são
53 realocadas em nova área institucional através da PROLAR e programas sociais que a
54 prefeitura faz parte". Levantada a questão da estiagem pela aproximação do verão, o
55 COMDEMA deve oficiar a SANEPAR para maiores informações a respeito da situação
56 do abastecimento de água do município. Levantado pelo Daniel Poletto o assunto do
57 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, devemos ter um documento do
58 histórico do aterro do botuquara, definindo uma pauta de principais questões a serem
59 discutidas no Conselho, e na elaboração do PGRS de Ponta Grossa, ou seja, sua
60 revisão, o COMDEMA deve participar. Neymar representando a SMMA, informa que
61 o PGRS está disponível no site da prefeitura e da secretaria de meio ambiente e que
62 qualquer cidadão pode enviar sua sugestão via site o qual fara parte do documento
63 inclusive com reclamações, sugestões e implementações, além de estarem os
64 funcionários disponíveis para qualquer esclarecimento a todos os munícipes. O
65 conselheiro Ricardo apresentou relatório de ações para que o conselho possa auxiliar
66 nas medidas ambientais junto às comunidades: o relatório foi anexado a esta ata. O
67 conselheiro Evandro representando a FIEP, pede que seja mais objetiva a explanação
68 e colocação dos conselheiros no levantamento de proposições ou comentário, para
69 que a reunião seja mais objetiva e com tempo apropriado e não muito extenso. Foi
70 finalizada a reunião as 20:15 horas e a ata transcrita por Neymar de Meira Albach.

71 
72 CAROLINE SCHOENBERGER
73 Presidente COMDEMA


PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS
Secretário Executivo/PMPG/SMMA

Ponta Grossa,

31.10.17

Temas para apresentação no COMDEMA

1 – Proposta de ações para o CONSELHO auxiliar nas medidas ambientais para a comunidade pontagrossense. – leitura do texto proposto.

2 – Posição quanto a Bacia do Tibagi, enquadramento, folder 2007

Com o novo reenquadramento dos corpos hídricos do estado, aprovado em agosto de 2017, a manutenção da bacia do Tibagi, ao longo do curso da calha do rio ficou na classe 2, e ocorreu o reenquadramento em classe 3 a jusante das ETE's da Sanepar, por outro lado as demais bacias foram reenquadradas na classe 4, ou seja permissão de escoamento de esgoto a céu aberto. Leitura do folder "Historias.....", com essas medidas o atual governo, com suas instituições assessorias, aliadas as ONG's, com a academia garantiram um legado de poluição e contaminação dos corpos hídricos do estado, confirmando por ações de imprudência, negligência e irresponsabilidade para os próximos 30 anos. Este conselho não pode ficar alheio a essas ações de degradação ambiental no estado, considerando que os corpos hídricos são como as artérias por onde circulam o sangue no corpo humano.

3 - Posição sobre reunião do ICMbio, com as entidades ONG's que atuam na conservação ambiental, com objetivo de constituir o Conselho Gestor do PARNA.

1. Participei da reunião, convidado pelo Edilson – Planeta Azul, pois sou representante da Natus. Estavam presentes técnicas de diversas ONG's, inclusive uma de SC, especialista em formação de Conselho, que já atuou na formação do Conselho Gestor da UC Florestas das Araucárias. As técnicas do instituto, coordenadas pela Lilian fizeram explanação dos dados obtidos da área em questão, PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS – PARNA, informando que já realizaram reuniões com representantes dos proprietários de Castro e Carambei, com os segmentos que compõem o conselho para preparação dos representantes das entidades. Citou inúmeros grupos e afirmou que estão fazendo os segmentos para esclarecimentos e busca de representantes, salientou que em contato com os proprietários esses humildes produtores informaram que seus representantes estão no

Sindicato, Cooperativas, Base Florestal, enfim, entidades que são representantes dos produtores, contudo não tinham representantes. Os produtores, proprietários, arrendatários, moradores não foram consultados e nem convidados. Porém na reunião, estava presente a Sra. Indianara Milleo, que mostrou-se indignada pelas informações, pois como proprietária desconhecia todas as informações. Percebeu-se ali que estava em curso uma estratégia de cooptação, de desmobilização com foco no convencimento dos proprietários. Citaram os inúmeros projetos de pesquisa que estão em curso dentro das propriedades, mais de 125. Citaram que estão com processos prontos para iniciar a desapropriação dos imóveis. Os proprietários mencionados foram Jurema Ribas, Irajá Ribas, Cecílio Borsato, Lourenço Zapotocny. Todos proprietários e residentes há mais de 100 anos nas propriedades, muito bem conservadas e preservadas. Em conversa com familiares do proprietário Cecílio Borsato, este confirmou que receberam visitas dos técnicos do instituto que apresentaram uma proposta de pesquisa de "manejo de fogo" nos campos nativos do imóvel, pesquisa orientada por doutora e doutoranda do instituto, onde instalariam parcelas para acompanhar o manejo, que após conclusão do trabalho este seria divulgado e repassariam as informações obtidas para demais UC, porém não apresentaram nenhum projeto de pesquisa, não firmaram nenhuma parceria, e não possuem nenhuma proposta, entendem que não estão dispostos a correr qualquer risco para testar pesquisas. Confirmou outro evento, onde na oportunidade funcionários estavam realizando tarefas de manejo e condução das águas de chuvas, ajustam bueiro e instalando manilhas, quando foram interpelados pelos funcionários do ICMBio. Estes solicitaram esclarecimentos do colaborador da fazenda que explicou o que estava realizando. Nesse momento foi orientado a paralisar a tarefa, o que se negou, contudo foi informado que caso continuasse seria denunciado a PF por estar exercendo serviço dentro do PARNA. Imediatamente encerrou as atividades e dirigiu-se para a sede. Dessa data até os dias atuais a estrada está sem qualquer manutenção e totalmente deteriorada pela ação natural do tempo, e atualmente só pode ser transitada por veículo traçado ou por trator. Esse proprietário nos últimos 50 anos preservou o que o ICMBio veio se dizer, preservar e administrar essa área, esquecendo que no último século esses proprietários conservaram o que está agora presente. Essa área está preservada desde muito tempo, e desde o início do plantio de soja dentro do agronegócio que hoje garante e sustenta a receita que remunera esses técnicos, foi nos idos de 1970 que foi desenvolvida a tecnologia do PLANTIO DIRETO,

tecnologia essa abracada pelos produtores agrícolas do mundo todo onde ocorre o plantio anual. Não trouxeram nada de novo para a nossa região. Queimada de campo, nos campos nativos dos Campos Gerais, ocorre desde o tempo dos tropeiros, nos idos de 1.700, quando os bandeirantes paulistas se estabeleceram nessa região. Tecnicos do IAP auxiliados por pesquisadores da PUC, dentro do Parque Vila Velha, há 20 anos estão pesquisando manejo do fogo, e estão chegando a conclusão que e uma medida adequada de controle das invasoras e preservação das leguminosas nativas que garantiram sustentação para os rebanhos bovinos dos séculos passados. Ate que enfim. Contudo todo ano, o fogo escapa das areas pesquisada, das áreas aceradas e a queima e de grande extensão, porem e manejo do campo nativo com fogo. Referente a esse procedimento o corpo técnico do IAP já entende manejo de fogo uma atividade adequada.